



A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES ÀS 10h DO DIA 19 DE MARÇO DE 2024, COM A SEGUINTE PAUTA:

I. Discussão e votação:

- a) Ata da 4ª Reunião Ordinária da CCJ.

II. Ordem do dia:

- a) Discussão e votação das matérias:

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO

[PL./0441/2023](#), de autoria do **Deputado Pedrão Silvestre**, que “Institui a Política Estadual do Primeiro Case”.

[PL./0401/2023](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Institui o Programa de Fortalecimento e Recuperação do Produtor Rural (PROFOR), destinado ao atendimento do micro e pequeno produtor atingido por desastres naturais”.

[PL./0027/2024](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Institui a Política Estadual de Formação e Capacitação Continuada de Mulheres para o Mundo do Trabalho no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.

[PL./0026/2024](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Obriga a presença de intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) nas exposições, em todo e qualquer evento artístico, cultural e social, público ou privado realizado no Estado de Santa Catarina, com público superior à 500 (quinhentas)”.

[PL./0023/2024](#), de autoria da **Deputada Paulinha**, que “Obriga o registro do grupo sanguíneo e fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados na rede pública e privada do Estado de Santa Catarina”.



DEPUTADO TIAGO ZILLI

Devolução de vista ao [PL./0275/2023](#), de autoria do **Deputado Carlos Humberto**, que “Altera a Lei nº 16.473, de 2014, que ‘Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos pelas farmácias e drogarias e adota outras providências’, para o fim de permitir a comercialização de produtos afetos à loja de conveniência e drugstore, desde que exista a previsão da atividade no contrato social do estabelecimento e sejam respeitadas as normas legais de separação física dos produtos farmacêuticos e não farmacêuticos”.

[PL./0428/2023](#), de autoria do **Deputado Pedrão Silvestre**, que “Altera a Lei nº 15.048, de 2009, que ‘Dispõe sobre a divulgação dos nomes dos responsáveis administrativos e dos médicos responsáveis pelas chefias de plantão nas entradas principais e de acesso ao público dos hospitais, casas de saúde, prontos-socorros e ambulatórios localizados no Estado de Santa Catarina’, para o fim de ampliar a sua abrangência”.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ

[PL./0014/2022](#), de autoria da **Bancada Feminina**, que “Estabelece princípios e diretrizes para criação de programas reflexivos e de responsabilização para autores de violência doméstica e familiar contra a mulher”. Dentro deste projeto está anexado o [PL./0052/2023](#).

[PL./0160/2023](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera o Anexo I da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as Leis que dispõem sobre instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para instituir o Dia Estadual do Terço dos Homens”.

[PL./0498/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito o Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’ para incluir o ‘Dia da Cannabis Medicinal” em Santa Catarina, a realizar-se, anualmente, em 27 de novembro”.



DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES

[MSV./0337/2023](#), de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre o “Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 013/2021, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que ‘Obriga os Cartórios de Registro Civil do Estado de Santa Catarina à comunicação ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar sobre realização de registro de nascimento realizado por mães e/ou pais menores de 14 (quatorze) anos”.

[PL./0326/2023](#), de autoria do **Deputado Sargento Lima**, que “Dispõe sobre o controle populacional e manejo de espécies da fauna exótica declaradas invasoras e/ou nocivas ao meio ambiente, a atividade econômica agrícola e à saúde pública no Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO

[PL./0314/2023](#), de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Disciplina a aquisição de água mineral ou potável de mesa, nas condições que especifica”.

[PL./0259/2023](#), de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Institui o Programa Educacional de Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes (PROEP/SC) no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado de Santa Catarina”.

DEPUTADO MARCIUS MACHADO

[MSV./0253/2023](#), de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre o “Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 338/2022, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que ‘Institui o apadrinhamento de espaços e equipamentos públicos de lazer, cultura, recreação e esportes pertencentes exclusivamente ao Estado de Santa Catarina”.

[MSV./0387/2024](#), de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre o “Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 005/2022, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Dá nova redação ao parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 707, de 2017, que ‘Dispõe sobre a extinção da Administração do Porto de São Francisco do Sul (APSFS) e estabelece outras providências”.



[PL./0201/2023](#), de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Altera a Lei nº 10.297, de 1996, para atualizar o benefício aplicado na aquisição de veículo pela pessoa com deficiência”.

[PL./0249/2023](#), de autoria do **Deputado Delegado Egidio**, que “Declara de utilidade pública o INSTITUTO QUEM AMA CASTRA, de Ibirama e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

[PL./0274/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Institui a Política Estadual de Combate à Fome e à Insegurança Alimentar e Nutricional no Estado de Santa Catarina (PAN-SC) e dá outras providências”.

[PL./0392/2023](#), de autoria do **Deputado Neodi Saretta**, que “Declara de utilidade pública Sociedade Esportiva e Recreativa Sul do Estado, de Criciúma e Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”.

DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES

[PL./0376/2023](#), de autoria do **Deputado Dr. Vicente Caropreso**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18531/2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para incluir no mês Junho Violeta, como dedicado à conscientização e prevenção da violência contra a pessoa idosa e pessoa com deficiência”.

[PL./0474/2023](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cultural e Assistencial dos Pescadores do Gravatá, de Penha, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

[PL./0475/2023](#), de autoria do **Deputado Marcos da Rosa**, que “Declara de utilidade pública a Associação Beneficente O Bom Samaritano, de Forquilha, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.



DEPUTADO CAMILO MARTINS

PEC./0005/2023, de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Altera o art. 112 da Constituição do Estado de Santa Catarina, para estender as políticas de segurança escolar do Estado à rede pública de educação infantil”.

PLC./0005/2024, de autoria do **Governador do Estado**, que “Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica e adota outras providências”.

PL./0518/2023, de autoria do **Deputado Napoleão Bernardes**, que “Altera a Lei Complementar nº 831, de 2023, para instituir o Pacote de Ajustes no Programa Universidade Gratuita”.